

# Reterritorialização em pequenas cidades universitárias no Nordeste brasileiro: reflexões a partir da Praça do Obelisco em Redenção, Ceará

Repossession in small university cities in the Brazilian Northeast: reflections based on the Obelisco Square in Redenção, Ceará

*Reterritorialización en pequeñas ciudades universitarias del Noreste brasileño: reflexiones a partir de la Plaza do Obelisco en Redenção, Ceará*

Nathalia Oliveira<sup>1</sup>  
Eduardo Machado<sup>1</sup>

Recebido em: 10/09/2021; revisado e aprovado em: 29/04/2022; aceito em: 18/05/2022

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v23i3.3509>

**Resumo:** Os primeiros 15 anos do século XX presenciaram uma intensa expansão das instituições de educação superior no Brasil, particularmente no interior do país, com pequenas cidades passando a sediar, especialmente, universidades e institutos federais. Esse movimento tem gerado amplas repercussões urbanas, impactando as estruturas, o cotidiano e as dinâmicas de produção social do espaço urbano, com a presença de juventudes estudantis, atingindo particularmente os espaços públicos urbanos. No interior do estado do Ceará, no Nordeste brasileiro, a presença de uma universidade federal pública interiorizada e internacionalizada, com mais de cinco mil estudantes de graduação, sendo aproximadamente 25% migrantes internacionais, impacta duas pequenas cidades – Redenção e Acarape. Nesse sentido, este artigo analisa as dinâmicas territoriais na cidade de Redenção, com foco na Praça do Obelisco, envolvendo juventudes universitárias emergentes e a população local já anteriormente residente, entre o segundo semestre de 2017 e fevereiro de 2020. Metodologicamente, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa de caráter etnográfico, acionando também a busca por dados secundários, entrevistas com duas moradoras originárias e estudantes universitárias da UNILAB. A análise revela novas dinâmicas territoriais, por meio das ocupações criativas realizadas pelas juventudes universitárias, e, mais do que isso, a emergência dessas juventudes enquanto agentes políticos e urbanos significativos. Além do mais, os micro, nanoconflitos e lutas que atravessam a praça, assumindo formas urbanas e adquirindo caráter político, evidenciam desigualdades, segregações e estruturas potencialmente normalizadas e invisibilizadas, que estão a ser contestadas socialmente por esses agentes emergentes.

**Palavras-chave:** juventudes universitárias; ocupações criativas; reterritorialização; espaços públicos urbanos.

**Abstract:** The first 15 years of the 20<sup>th</sup> century witnessed an intense expansion of higher education institutions in Brazil, particularly in the countryside, with small cities then hosting especially federal universities and institutes. This movement has generated large urban repercussions, which impact the structures, the daily life, and the social production dynamics in the urban space, with student youth presence reaching, in particular, the urban public spaces. In the countryside of Ceará, in the Brazilian Northeast, the presence of a public federal university that is both interiorized and internationalized and has more than five thousand undergraduate students, out of which 25% are international migrants, impacts two small cities – Redenção and Acarape. This paper analyzes the territorial dynamics of the city of Redenção, focusing on Obelisco Square, regarding the upcoming university youth and the local population that already resided there, between the second semester of 2017 and February 2020. Regarding methodology, we developed a qualitative ethnographic research, also using a search for secondary data and interviews with two original residents who are also university students at the UNILAB. The analysis has revealed new territorial dynamics, which take place through the creative occupations done by the university youth and, even more, the emergence of this youth as significant urban and political agents. Furthermore, micro and nano conflicts across the Square, which take on urban forms and acquire a political nature, evidence inequalities, segregations, and structures potentially seen as normal and invisible, which are being socially contested by these emerging agents.

**Keywords:** university youths; creative occupations; repossession; urban public spaces.

**Resumen:** Los primeros 15 años del siglo XX presenciaron una intensa expansión de las instituciones de educación superior en Brasil, más concretamente en el interior del país, donde pequeñas ciudades fueron transformándose en sedes, particularmente, de universidades e institutos federales. Este movimiento tuvo

<sup>1</sup> Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, Ceará, Brasil.



amplias repercusiones urbanas, impactando las estructuras, el cotidiano y las dinámicas de producción social del espacio urbano, con la presencia de juventudes estudiantiles, específicamente en los espacios públicos urbanos. En el interior del estado de Ceará, Noreste brasileño, la presencia de una universidad federal pública interiorizada e internacionalizada, con más de cinco mil estudiantes de grado, con aproximadamente un 25% de migrantes internacionales, impacta dos pequeñas ciudades: Redenção y Acarape. Este artículo analiza las dinámicas territoriales en la ciudad de Redenção, enfocándose en la Plaza do Obelisco, incluyendo juventudes universitarias emergentes y la población local ya anteriormente residente, entre el segundo semestre de 2017 y febrero de 2020. Metodológicamente, se llevó a cabo una investigación cualitativa de carácter etnográfico, empleando también la búsqueda por datos secundarios y entrevistas con dos habitantes originarias y también estudiantes universitarias de la UNILAB. El análisis revela nuevas dinámicas territoriales, a través de las ocupaciones creativas realizadas por las juventudes universitarias, e, incluso, el surgimiento de estas juventudes como agentes políticos y urbanos significativos. Más que esto, los micro y nano conflictos y luchas que atraviesan la Plaza, asumiendo formas urbanas y adquiriendo un carácter político, revelan desigualdades, segregaciones y estructuras potencialmente normalizadas e invisibilizadas, que están siendo contestadas socialmente por estos agentes emergentes.

**Palabras clave:** juventudes universitarias; ocupaciones creativas; reterritorialización; espacios públicos urbanos.

---

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados de pesquisas efetuadas na cidade de Redenção, no Ceará, entre o segundo semestre de 2017 e fevereiro de 2020, mobilizando observação direta com viés etnográfico, presencial e digital, assim como entrevistas. Analisa-se o processo de reterritorialização, considerando-se agentes e territorialidades juvenis emergentes na cidade de Redenção, tendo como foco principal as dinâmicas territoriais que emergem na Praça do Obelisco, após a implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – uma universidade federal, pública, interiorizada e internacionalizada.

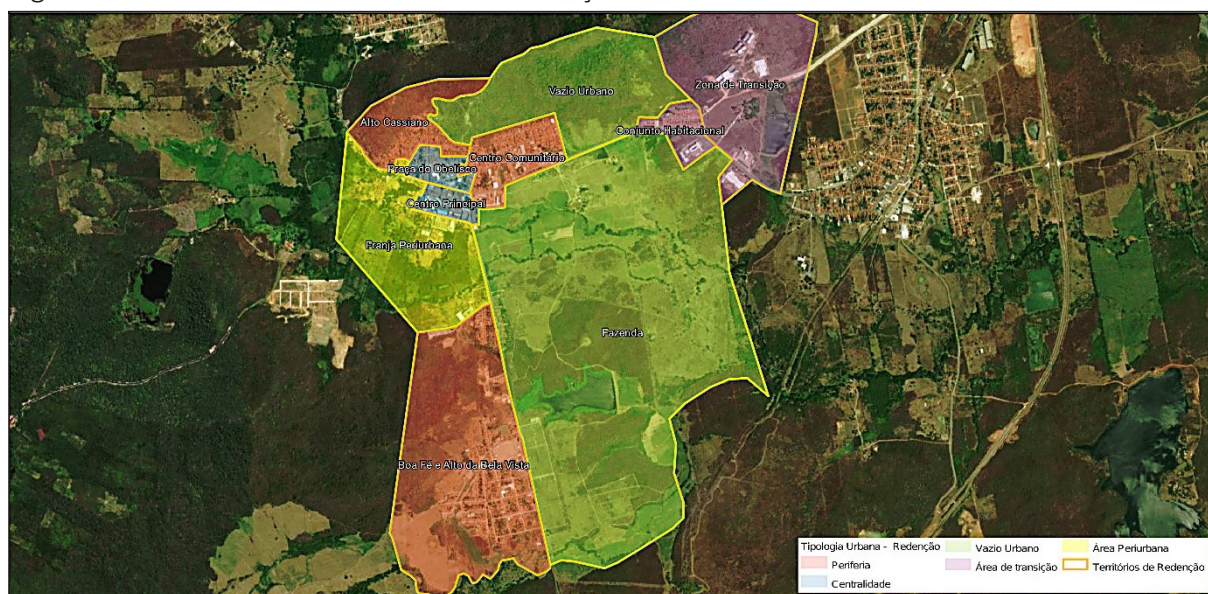
A UNILAB iniciou seu funcionamento em maio de 2011 e está pautada na interiorização e na integração internacional com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), sobretudo Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Sua implantação instituiu um contexto de migração temporária, com a chegada de novos moradores, desencadeando uma transição urbana em Redenção, que é uma pequena cidade interiorana, conurbada com Acarape, situadas a aproximadamente 60 km de Fortaleza, na Região do Maciço de Baturité, no Ceará. A localização dessa região e das duas cidades citadas se encontra na Figura 1.





diferentes: a) áreas centrais: o Centro Principal e a Praça do Obelisco; b) bairros agregados: Conjunto Habitacional<sup>5</sup>; c) grandes periferias, considerando-se os padrões locais: Boa Fé/PROURB, Alto da Boa Vista, Alto Cassiano e Centro Comunitário; d) uma área de transição, a Franja Periurbana; e) vazios urbanos; e f) grande área privada, nomeada como Fazenda (MACHADO *et al.*, 2020). Assim como descrito, pode ser visto na Figura 2.

Figura 2 – Territórios Intraurbanos de Redenção



Fonte: Grupo Diálogos<sup>6</sup> (2021).

Cabe introduzir e refletir que, para além do aumento populacional nas duas cidades, a “implantação da UNILAB altera os modos de produção do espaço urbano, impactando as formas de ocupação, uso, acesso, regulação, posse e propriedade de diferentes parcelas da terra urbana (solo, subsolo e edificações)” (MACHADO *et al.*, 2019, p. 144). Tal fator pode desembocar na intensificação de demandas já existentes e/ou na constituição de novas que podem ser visualizadas em duas linhas: a primeira pode ser apresentada como material, relacionada às estruturas físicas da cidade, envolvendo habitação, saneamento básico, transporte, serviços urbanos e equipamentos públicos (AGIER, 2015); a segunda remete a elementos imateriais, referentes às necessidades sociais de ganhar e gastar energias no lazer, de produzir relações fluidas ou duradouras, de sentir-se livre e seguro (LEFEBVRE, 2011), enfim, de desenvolver sentimentos necessários às suas vivências e residência na cidade.

Mediante essa primeira percepção da realidade experienciada, tornou-se necessário um caminhar metodológico iniciado por meio do estudo de dados secundários acerca da população e estrutura da cidade. Ao mesmo tempo, buscamos apreender fragmentos, indícios, notícias, informações acerca dos possíveis usos, acessos e ocupações criativas nos territórios centrais da cidade, por grupos que, em sua maioria, podem ser visualizados enquanto juventudes

<sup>5</sup> Área urbana caracterizada como conjunto habitacional, compondo um núcleo isolado e na fronteira entre Redenção e Acarape.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/View/index.html?appid=c9a108659be54c999e67ac3fee7dfbb1>. Acesso em: 6 maio 2022.

universitárias. Desse modo, passou-se a observar/vivenciar o percurso realizado por essas juventudes universitárias na cidade, particularmente no período noturno, pós-aula, com atividades culturais, festivais, de resistência, ações que evidenciam a Praça do Obelisco como microterritório de constante e reiterado uso. Para acompanhar de forma ampla esse processo de ocupação, também efetuamos a inserção virtual em grupos e perfis on-line de organização e divulgação das atividades, além de entrevistas com duas residentes originárias<sup>7</sup> e discentes da UNILAB, no intuito de constituir uma percepção acerca da estrutura e dos usos da praça anteriores à implantação da universidade e consequente chegada de novos moradores.

No intuito de discutir e refletir acerca dessas dinâmicas – em específico, a reconstituição de usos, acessos e ocupações em um microterritório da cidade, a Praça do Obelisco, com base na emergência de agentes e territorialidades juvenis no território –, estrutura-se este artigo em outros tópicos, para além desta introdução: “O microterritório da Praça do Obelisco na cidade de Redenção”; “Juventudes e dinâmicas territoriais: reflexões conceituais”; “Ocupações criativas no microterritório da Praça do Obelisco”; “Conflitos e territorialidades emergentes na Praça do Obelisco”; “Emergência de novos agentes políticos em Redenção”; e “Considerações finais”.

## 2 O MICROTERRITÓRIO DA PRAÇA DO OBELISCO NA CIDADE DE REDENÇÃO

A Praça do Obelisco localiza-se na Rua Rodolfo Teófilo, na fronteira entre as duas centralidades da cidade (vide Figura 2) – Centro Principal e o próprio território da Praça do Obelisco. Ao mesmo tempo, a Praça localiza-se estrategicamente em um entroncamento demarcado pela Avenida Abolição, a qual se torna a Rodovia Estadual CE-060, à medida que transcende os limites da cidade, seguindo em direção leste à metrópole fortalezense e em sentido sul em direção ao Maciço de Baturité; ao mesmo tempo, no sentido oeste e noroeste, a Rua Rodolfo Teófilo dá lugar à Estrada da Barra Nova, que faz a ligação da cidade com as serras do município. Sendo assim, a praça revela-se lugar de estar e, paradoxalmente, espaço de mediação e passagem (vide Figuras 3 e 4).

Figura 3 – Praça do Obelisco 1



Fonte: Google Earth (2021, on-line)<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Neste trabalho, a palavra originária abrange indivíduos que residem em Redenção desde os anos anteriores à instituição da UNILAB.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>. Acesso em: 7 set. 2021.



Figura 4 – Praça do Obelisco 2



Fonte: Google Earth (2021,on-line).

Apresentada nas Figuras 3 e 4, cabe enfatizar que a Praça situa-se em uma das duas centralidades urbanas da cidade de Redenção, o território intraurbano Praça do Obelisco, e faz fronteira no seu entorno sul/sudeste com outra centralidade – o Centro Principal. Nessas centralidades, concentram-se as áreas comercial e de serviços da cidade – incluindo-se farmácias, padarias, lanchonetes, restaurantes, armazinhos, dentre outros –, assim como praticamente a totalidade dos equipamentos públicos e privados locais, com repartições públicas, escolas, centros religiosos e outros, havendo também residências de moradores originários e um contingente reduzido de moradias de estudantes universitários (OLIVEIRA, 2020<sup>9</sup>).

Ao mesmo tempo, no entorno leste, nordeste, norte e noroeste do território da Praça do Obelisco, situam-se duas periferias – Alto Cassiano e Centro Comunitário, como indicado na Figura 2, marcadas por estigmas territoriais e com grande precariedade na infraestrutura e nos equipamentos públicos (MACHADO *et al.*, 2020).

Inaugurada em 1933, a praça, histórica e popularmente conhecida como Praça do Obelisco, deve sua notabilidade ao monumento imponente e de maior destaque, o Obelisco, construído como marco comemorativo do cinquentenário da abolição da escravatura (ENTREVISTADA 2, 2020). Antes da reforma executada em 2014, a Praça era caracterizada como “desabitada”, segundo as entrevistas (2020) realizadas.

*[...] um local escuro, né? Tinha pouca iluminação e lá era utilizada mais por casais que queriam ficar em locais, é... mais... Como é que eu posso dizer? Reservados. [...] tinha muitas árvores, era um local meio que sombrio. Nas festas de Santa Rita, ela ganhava vida, e já de tardezinha as pessoas já se reuniam ali pra poder montar as barracas, que naquela época as barracas eram feitas de palha, né? As festas de Santa Rita sempre foram a atividade onde a*

<sup>9</sup> Diário de campo realizado para a pesquisa que resulta neste artigo, no período de 2017 a 2020.

*praça é mais fortemente utilizada, [...] e só acontece durante dez noites, uma vez por ano, e fica instalado ali a parte social da festa. É onde acontece tudo. É muito movimentado, né, certo?* (ENTREVISTADA 1, 2020).

Mediante fala da entrevistada 1, percebe-se que os usos mais intensos e dinâmicos da praça ocorriam no período dos festejos de Santa Rita, copadroeira da cidade<sup>10</sup>, atividade essa que perdura durante os anos, como pode se identificar a seguir:

*Há vinte e oito anos atrás, quando eu vim morar aqui, mais ou menos. Eu acho que foi em mil novecentos e noventa e um, quando eu vim morar aqui, eu participei das primeiras festas de Santa Rita, e ali, naquela praça. Já num período anterior às festas, mais ou menos uma semana antes, ali já era ponto de encontro da população, pra poder montar as barraquinhas. Só que aí pra montar as barraquinhas, a galera levava bebida, tira gosto e ali já ficava. Já ficavam reunidos naquela praça. Era uma praça morta, que não tinha movimentação, né?* (ENTREVISTADA 1, 2020).

Diante da reforma instituída, no período em que a UNILAB já havia sido implantada, o então prefeito da cidade intuía que a praça fosse “*utilizada pelas famílias e pelas crianças que não tinham um lazer na cidade*” (ENTREVISTADA 1, 2020). No entanto, a entrevistada relata que outras atividades de caráter religioso também foram incorporadas aos usos da praça, além dos festejos anuais de Santa Rita. Ressalte-se que, nesse primeiro momento da reforma, os estudantes universitários “*unilabianos*” ainda não frequentavam de forma constante a praça. Isso está presente na seguinte fala: “*Nos primeiros anos da UNILAB, essa galera que veio para cá era uma galera meio tímida. Assim, não frequentavam os espaços, não ocupavam os espaços como depois de uns dois ou três anos, né?*” (ENTREVISTADA 1, 2020).

Assim, um segundo momento pós-reforma se inicia, a partir de meados de 2015, com a incorporação de novos usos pelas juventudes universitárias, dando-se desde a simples presença no ato de sentar para esperar o transporte *intercampi* – ônibus e micro-ônibus que fazem rotas entre as duas cidades e os *campi* da UNILAB – e socializar com outros indivíduos, até a realização de atividades, tais como: festividades, ações de extensões acadêmicas, artísticas, com caráter de lazer, de resistência, de contribuição e diálogo sobre estudos.

### 3 JUVENTUDES E DINÂMICAS TERRITORIAIS: REFLEXÕES CONCEITUAIS

Considerando a explanação acerca da praça, no tópico anterior, tem-se uma tipologia de médio prazo formada para desenvolver a análise deste estudo: a) espaço-tempo anterior à reforma de 2014, sem frequência significativa das juventudes universitárias à praça; b) momento pós-reforma, caracterizado ainda pelos usos tradicionais; e c) segundo momento pós-reforma, a partir de 2015, caracterizado pelo uso da praça pelos novos moradores, em sua maioria as juventudes universitárias, agregando novos usos e sentidos ao microterritório da praça. Visto isso, neste momento, introduziremos acerca das juventudes e das dinâmicas territoriais que se reconstituem na praça.

#### 3.1 Juventudes emergentes, territórios e territorialidades em Redenção

As juventudes unilabianas compreendem sujeitos residentes temporários, majoritariamente oriundos de outros municípios, estados e países, indivíduos diversos nas esferas cultural,

<sup>10</sup> Embora o Dia de Santa Rita seja 22 de maio, os festejos ocorrem sempre no mês de setembro.

demográfica, de gênero, geracional, étnico-racial, religiosa, nacional e socioeconômica (UNILAB, 2021). Aqui, cabe considerar que as juventudes são entendidas como grupos de indivíduos que devem ser pensados conceitualmente não apenas a partir de uma compreensão geracional, com limites cronológicos fixos, visto que, hodiernamente, “[...] são mais fluidos e descontínuos os traços que delimitam as fronteiras entre as diferentes fases de vida” (PAIS, 2009, p. 373). Sendo assim, tais fases, como a juventude, podem possuir limites variáveis de acordo com os parâmetros de cada sociedade, cabendo considerar também os “mecanismos de reprodução classista” (PAIS, 1990, p. 157) e as diferenças envolvendo raça, etnia, gênero, dentre outras clivagens, uma vez que:

Essa perspectiva permite enfatizar as desigualdades, contradições e opressões inscritas nessa fase de transição e aos quais os agentes juvenis se vinculam de modos diversos, considerando que cada jovem experimenta condições socioeconômicas e culturais específicas. (MACHADO *et al.*, 2019, p. 145-46).

Trata-se, portanto, para além de uma aparente homogeneidade, de juventudes diversas, que, ao adentrarem as cidades receptoras da universidade, buscam “acessar e usufruir direitos relacionados ao lazer, à cultura e arte, à festa, à vida e à convivência digna de modo geral” (MACHADO *et al.*, 2019, p. 145). Assim, a presença cotidiana dessas juventudes nas cidades, e, particularmente, as formas como circulam, como ocupam e usam diferentes espaços urbanos, evidenciam-nas enquanto “um excelente barômetro para a captação de tendências sociais emergentes em várias dimensões da vida quotidiana” (FERREIRA, 2017, p. 17).

Emerge então a Praça do Obelisco enquanto um microterritório, conceitualmente, em duas dimensões: sendo uma delas a funcional, com delimitação areal (SACK, 1986) da terra urbana, com limites físico-geográficos e marcada por estruturas materiais; e a segunda dimensão compreende o território enquanto espaço vivido, com caráter simbólico, mas formado também a partir de um conjunto de relações (SACK, 1986), com dinâmicas sociais que envolvem interações, afetividades, conflitos e rituais (SANTOS, 2006), impactando a própria constituição e reconstituição de identidades, considerando-se essas identidades como “algo mutável, dinâmico, flutuante de acordo com as relações sociais” (GOMES, 2019, p. 48). Assim, essa dinâmica identitária se liga intimamente à territorialização, posto que o “Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2002, p. 9).

Assim, torna-se necessário pensar o território nestes dois parâmetros: o físico, tendo em vista a demarcação do campo de estudo e uma primeira análise das estruturas físicas na praça e no seu entorno; e o vivido, partindo da noção de que o território é constituído também por um conjunto de relações, situações e dinâmicas urbanas que transitam entre o visível e o invisível, o dito e o não dito, o sentimento de pertença, mas também tensões, conflitos e resistências relacionadas às ocupações e aos usos que produzem significados e que transcendem os limites físicos. Dessa forma, a relação territorial “pode se dar em termos materiais, culturais ou ainda na dimensão afetiva” (GOMES, 2019, p. 52).

Nessa dupla perspectiva, também cabe pensar o território enquanto multiescalar, tendo em vista a diversidade de territórios que podem existir dentro do “território” (FERNANDES, 2008), considerando que, segundo Fernandes (2008, p. 4): “Ao se ignorar propositalmente os distintos



tipos de território, perde-se a multiescalaridade, porque estes territórios estão organizados em diversas escalas geográficas, desde a local até a escala internacional”. Nesse sentido, cabe indicar que o microterritório da praça, situado em um território mais amplo, a cidade, tem como uma de suas características essenciais o fato de ser um lugar urbano, político e simbólico estratégico, para evidenciar e demarcar as tensões e conflitos entre as centralidades e as periferias intraurbanas locais. Assim, trata-se de um microterritório que detêm, enquanto imaginário hegemônico, o fato de ser um espaço central apropriado prioritariamente pelas elites locais e, ao mesmo tempo, ser um espaço de encontro, na época das festividades de Santa Rita, de todos os segmentos sociais municipais, sob os signos de um catolicismo tradicional, e, paradoxalmente, das festividades que se fazem profanas. Ao mesmo tempo, a proximidade das periferias, no entorno próximo, faz emergir tensões e conflitos, particularmente em um potencial processo de reterritorialização, considerando disputas associadas a redefinições sobre quais agentes podem e como podem acessar, regular, ocupar e usar o microterritório de modo legítimo.

Compreendendo a Praça enquanto um microterritório, questiona-se: esse microterritório passa por um processo de reterritorialização diante dos novos acessos, ocupações e usos? Se sim, como as juventudes realizam tal processo? Emergem novas territorialidades? Apresenta-se aqui o processo de territorialização enquanto composição territorial, que “ocorre por meio de ações e comportamentos de sujeitos e/ou grupos sociais” (SACK, 1986, p. 76), assim como do movimento, da construção de relações materiais e imateriais, da reconstituição dos vínculos sociais e das formas de acessar, ocupar, organizar e controlar o urbano.

O conceito acima permite visualizar a praça em dois momentos: um de territorialização, realizado massivamente pelos moradores originários, suas relações, usos, organização e controle, referindo-se ao tempo pré-reforma e pós-reforma no período anterior ao acesso das juventudes, como visto no tópico anterior. E, no segundo momento, de pós-reforma, com a presença das juventudes universitárias, percebendo-se a ocorrência de uma reterritorialização no microterritório da Praça do Obelisco, tendo em vista as novas formas de usos, relações e vivências que emergem.

A territorialização e, no caso específico deste estudo, a reterritorialização possibilitam pensar a emergência de territorialidades que podem surgir de acordo com os interesses ou com o momento em que os sujeitos se encontram (HAESBAERT, 2011), levando-se em consideração que, neste estudo, não pensamos no território sem territorialidades. Partindo-se dessa observação, tem-se, conceitualmente, territorialidades enquanto “uma estratégia para estabelecer graus diferentes de acesso às pessoas, coisas e relações” (SACK, 1986, p. 20), mas também como “sentimentos vinculados à nossa existência em uma porção do espaço habitado” (SILVA, 2015, p. 60), seja de construção, seja de reconstrução ou reafirmação de identidades, resistência, tensionamento, quebra de dinâmicas hegemônicas, construção de relações e pertença.

Diante da reflexão acerca das conceituações acima e do contexto de pesquisa, evidenciou-se, no microterritório da Praça do Obelisco, a emergência de novas dinâmicas territoriais, vistas aqui enquanto processo de reterritorialização, que, para Raffestin (1984), entrelaça a (re) composição do território e a reconstituição das interações e relações entre diferentes agentes, envolvendo, particularmente, neste estudo, as juventudes em movimento, com territorialidades emergentes. Essas dinâmicas foram observadas em sua própria realização, visualizadas como ocupações, usos e acessos à praça, constituídas pelas juventudes universitárias, em sua maioria, no segundo momento pós-reforma do determinado microterritório.

## 4 OCUPAÇÕES CRIATIVAS NO MICROTERRITÓRIO DA PRAÇA DO OBELISCO

Ao migrarem temporariamente para uma pequena cidade interiorana, estudantes da educação superior passam a vivenciar a cidade em seus diferentes territórios, experienciando cotidianamente desigualdades, segregações, precariedades urbanas e vulnerabilidades socioespaciais. Particularmente, percebe-se que boa parcela dessas juventudes reside nas periferias intraurbanas cidadinas. Nesse contexto, ao lidarem com situações problemáticas cotidianas (CEFAI, 2017), tornam-se, aos poucos, agentes urbanos e políticos relevantes. E isso ocorre, sobretudo, por meio do que podemos nomear como ocupações urbanas criativas.

[...] a criatividade compreende a qualidade de pensar de forma inovadora numa produção ativa de reflexão, sentimento e ação com a finalidade de transformar e fazer surgir o novo como resposta às atividades mentais que se operam a partir de exercícios cognitivos e sensoriais. (CAVALCANTI, 2006, p. 90).

Esse elemento criativo é capaz, assim, de dotar de novas formas e sentidos as interações urbanas cotidianas, evidenciando a tentativa de acessar a cidade, configurando, mesmo de modo não explícito, um fazer a cidade e um demandar o direito à cidade (AGIER, 2015). Aos poucos, essas juventudes vão constituindo familiaridades urbanas, com as quais se identificam “o mais espontaneamente possível”, revelando “espaços de sobreposição quase perfeita entre o quadro físico e um sentimento de pertencimento a uma coletividade” (AGIER, 2011, p. 103). Revela-se, assim, um processo de (re)fazer a cidade, realizado pelas juventudes por meio do ato de acessar, ocupar e usar diferentes espaços públicos e privados, mesmo de forma espontânea e intuitiva, buscando atender às próprias necessidades materiais e “sociais” (LEFEBVRE, 2011, p. 105-6).

### 4.1 Ocupações Criativas: dos relatos iniciais à constância

Os novos moradores passam a vivenciar a cidade para além das paredes físicas da universidade e de suas residências, haja vista a necessidade de introduzir-se na urbe, viver, criar e recriar o espaço urbano, constituindo territórios, material e simbolicamente, gerando territorialidades para prosseguirem com sua estadia. Nesse sentido, buscamos os primeiros relatos envolvendo a Praça do Obelisco, cabendo destacar uma das primeiras ocupações criativas, ocorrida por volta do segundo ou terceiro ano após a instalação da universidade, de acordo com relatos da Entrevistada 1 (2020). A ocupação ocorreu a partir de ação de caráter acadêmico, diante da iniciativa de uma professora em realizar sua aula na praça. Relata a entrevistada 1 (2020): “[...] eu me lembro de uma das primeiras ocupações que houve. Foi numa atividade da professora [...] ela trazia um fogareiro que era para servir como se fosse uma fogueira e aí era uma contação de histórias, e aí a gente sentava em círculo, no chão”.

A ocupação criativa citada acima se constituiu enquanto momento de partilha e encontro, intuindo ao mesmo tempo uma experiência de extensão e a oportunidade de iniciarem o viver a cidade a partir do uso e acesso à praça. E não muito distante desse primeiro relato de evento na praça, principia-se um ciclo de atividades criativas em diversas dimensões, como o fazer artístico, modos de resistência, o fazer político e ser político, a socialização e a familiaridade, que ocorrem de maneira simultânea.

Cabe destacar aqui que as ocupações acompanhadas nesse período se realizavam entrelaçando o digital e o material. O primeiro, por vezes, era o território no qual se desenvolvia o que aqui chamaremos de “pré-ocupação física”. Eram nesses espaços das redes sociais

(*WhatsApp, Facebook, Instagram*) que se exacerbavam as criatividade e a organização do que viria a ser a ocupação física. Ressalta-se a existência de grupos organizadores, principalmente no *WhatsApp*, que debatiam acerca de como seriam as atividades, que equipamentos e materiais seriam necessários, quem poderia consegui-los, os contatos que deveriam ser realizados, assim como quem faria a arte de divulgação (OLIVEIRA, 2020). Nesse processo, estabeleciam-se redes de contatos nas redes sociais. Após todos os processos organizacionais, entravam em cena os contatos com outras instâncias, como páginas no *Instagram* e *Facebook*, com grandes números de seguidores para a divulgação da atividade de ocupação, assim como em diferentes grupos e pessoas do *WhatsApp* com o mesmo fim. A divulgação realizava-se desde um macro (as páginas com grandes números de seguidores) a um microdiálogo (de indivíduo a indivíduo). E, como pauta Diógenes (2015, p. 544), é nesse processo de diálogo, por meio das redes sociais, que se “traduz um dos mais significativos *locus* de socialização da contemporaneidade”.

O segundo espaço, o material, visto aqui como a Praça do Obelisco, era percebido enquanto território de concretização da ocupação organizada. Percebe-se como esses dois espaços são forjados em conjunto, são interligados, ou seja, o acontecimento de um não encerra o outro de forma total, evidenciando um alargamento do território da praça para além do físico-material.

Mas, efetivamente, o ciclo onde essas ocupações criativas mais se fortalecem ocorre de meados do final de 2017 ao primeiro semestre de 2019. Nesse período, o conjunto de atividades desenvolvidas passa a ser constante. O início desse espaço-tempo é caracterizado pela ocupação criativa denominada pelos seus organizadores como “Praçarau”, constituída por recitais de poemas, *performances* corporais, danças e encenações, além de apresentações musicais. Essas ações revelavam a necessidade de se expressar, conviver, interagir, ser ouvido, ser reconhecido, constituir lugares e identidades próprias na cidade, mobilizando diferentes linguagens artísticas e lidando com acontecimentos cotidianos que geraram medos, revoltas, incertezas, alegrias e princípios de resistências (OLIVEIRA, 2020).

É possível afirmar, portanto, a hipótese de que, no “Praçarau”, estava a se reconstituir e, porventura, fixar-se socioespacialmente, “ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas” (RANCIÈRE, 2009, p. 15), por meio de momentos de encontro, partilha e resistência, envolvendo diversos agrupamentos, identificados a partir de seus cursos universitários, gêneros, etnias, nacionalidades, semestre de entrada, assim como não estudantes universitários, cidadãos originários e professores universitários.

Um dos momentos que remetem a um “comum partilhado”, indicado por Rancière (2009, p. 15) – diferentemente do hegemonicamente consolidado na cidade –, envolvendo diversos indivíduos e grupos, trata-se de um “Praçarau” posterior à tentativa de feminicídio ocorrida em outubro de 2017, nas instalações da universidade. Esse “Praçarau” envolveu diversas formas artísticas e *performances* voltadas ao acontecimento, relatando um conjunto de sentimentos deixados nos estudantes, tais como o medo, a tristeza e a indignação, por meio das vozes e dos gritos que representaram o horror daquele acontecimento e que deixou todos que estavam no microterritório em silêncio, por segundos, segundos de sentimentos internos (OLIVEIRA, 2020).

Mas, para além do silêncio com o signo da revolta, escutaram-se vozes de exaltação às suas identidades, representando a resistência diante dos constantes ataques sofridos na forma de discriminações e repressões, que, por vezes, flutuam para além das fronteiras do urbano material daquele microterritório, inscrevendo-se no que Sodré (2002, p. 34) reflete como espaços imaginários, perpetuando-se em outros diversos espaços da cidade (OLIVEIRA, 2020). Esses



últimos são produzidos por meio da criação e manutenção de alguns discursos que caracterizam os moradores temporários como seres periféricos e minorias, por fatores como pertencentes a nacionalidades africanas, associando-os ainda ao processo de escravidão, subalternização e inferiorização pela cor da pele, por meio de fatores étnicos, de gêneros, entre outras clivagens, no intento de impedir seus direitos à fala, de serem ouvidos e de experienciarem a cidade (SODRÉ, 2005). Tais repressões e criações de discursos evidenciam tentativas de controle social e territorial no intuito de não modificar as dinâmicas sociais e os usos tradicionais dos territórios da cidade. Entretanto, pelo simples fato de aqueles passarem a residir nas duas cidades, integram-se ao processo de constituição e reconstituição da identidade do território (SODRÉ, 2002).

Em consonância com essas ocupações intituladas “Praçarau”, passaram a ocorrer de forma mais constante outras ocupações, tais como: festas com temáticas relacionadas a alguns eventos da universidade, tanto para a arrecadação de verbas para viagens de congressos como para apresentações de trabalhos; festas comemorativas, no que tange às semanas referentes aos cursos, como a *Semana do Curso de Humanidades*; e outras atividades, como apresentações de trabalhos, aulas, eventos realizados por projetos de pesquisa e extensão vinculados à universidade (OLIVEIRA, 2020).

## 5 CONFLITOS E TERRITORIALIDADES EMERGENTES NO CONTEXTO DA PRAÇA DO OBELISCO

No período anteriormente indicado, as ocupações prosseguem permeadas por tentativas de controle, evidenciando o que aos poucos poderia ser considerado um conjunto de “situações problemáticas” (CEFAÏ, 2017, p. 188), trazendo à tona, de maneira visível e sentida, novas tensões e conflitos entre os moradores originários e as juventudes universitárias.

Nesse sentido, entendemos que as ocupações são permeadas por tensões e conflitos “entre a busca de reafirmação/retorno de/às situações tradicionais e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, à emergência/ao reconhecimento de novos comuns partilhados e de novas singularidades” (MACHADO *et al.*, 2019, p. 149), questões presentes desde o princípio da instalação de atividades na praça pelos estudantes universitários, como é relatado pela entrevistada 1 (2020), ao lembrar de uma das primeiras ocupações ocorridas, uma aula de contação de história:

*[...] e eu lembro bem que da primeira vez que a gente fez isso, chamaram a polícia porque achavam que a gente ia tocar fogo na praça. E foi assim uma situação até engraçada, porque o policial chegou e deu uma olhada. O próprio policial ficou constrangido, porque não tinha nada demais, né? Assim, a gente tava só sentado, contando histórias, mas já incomodou a população local. O fato de ter algumas pessoas que não são da cidade, como eles falavam, e tá ali naquele espaço ocupando [...]. (ENTREVISTADA 1, 2020).*

Posto isso, há tensões que emergem em conjunto às ocupações, não sendo os discursos discriminatórios iniciais com os estudantes universitários a única maneira de desarticular a nova produção social do urbano que se inscrevia com a chegada de novos moradores. As disputas territoriais e as tentativas de controle do microterritório pelos moradores originários surgem como novas maneiras de delimitar: quem poderia ocupar, usar e acessar; que vozes eram permitidas naquele espaço, visto que a ocupação territorial tem um caráter tanto urbano quanto político, no qual o “movimento é uma tomada do espaço tanto quanto uma tomada da palavra. É o momento político porque é aquele que cria uma situação radicalmente nova” (AGIER, 2015, p.

491). E, enquanto ato político e de fala, é atravessado por tensões e conflitos que se exacerbam de acordo com a constância que as atividades passaram a permear a praça.

Cabe considerar que boa parcela dos estudantes que vivenciam esse movimento de refazer a cidade reside nas periferias intraurbanas de Redenção, particularmente no território do Centro Comunitário, evidenciando, portanto, dinâmicas e fluxos urbanos em que agentes periféricos buscam acessar, regular, ocupar e usar um microterritório central à cidade, de forma a transcender, portanto, os limites periféricos, tensionando a ordem urbana estabelecida. E aqui o termo periférico remete ao fato da residência na periferia, mas transcende essa ancoragem residencial, particularmente se consideramos percepções e imaginários que se fazem hegemônicos na cidade, associados à colonialidade e à propriedade privada capitalista de terra e capital, que inscrevem em si a reiterada subalternização de agentes sociais a partir de clivagens de classe, raça, etnia, nacionalidade, gênero e outras. Atingem-se, desse modo, estudantes que não são moradores originários, negros, indígenas, quilombolas, naturais de outros países, mulheres e não proprietários de terra e capital.

Em diversos momentos de ocupação, os moradores do entorno recorreram a denúncias e, como consequência, desenvolveram-se episódios de repressão policial – nas primeiras situações, não ocorrendo o desfecho da atividade, apenas a diminuição do volume das vozes e da caixa de som utilizada na maior parte das atividades (OLIVEIRA, 2020).

No entanto, à medida que as atividades se tornaram semanais, as interrupções passaram a ser constantes, convergindo-se no encerramento delas e instituindo-se o sentimento de medo em realizar novas ocupações. Isso foi possível notar no decorrer de uma edição do “Praçarau”, na qual, inicialmente, ocorreu uma interrupção policial visando à diminuição do barulho. Com a continuação da atividade, a partir das medidas demandadas pela polícia, dois tiros próximos à praça foram escutados. Logo, o som foi desligado e todos deixaram a praça, por medo, inclusive de represálias maiores (OLIVEIRA, 2020).

Mesmo após esse acontecimento e do sentimento de receio que se instaurava, as juventudes universitárias resolveram retornar à praça em outros dias, para novas ocupações, tanto por meio do “Praçarau” como de outras atividades. Evidencia-se uma disputa territorial envolvendo o acesso, a ocupação e os usos do microterritório, corroborando o que visualizamos aqui como territorialidades emergentes. Percebe-se, conforme sintetiza Danezi (2018, p. 43), “a vivência concomitante de diversos territórios, resultando em múltiplas territorialidades ativadas de acordo com os interesses e o momento em que nos encontramos”.

Desse modo, a primeira territorialidade emerge como uma tentativa de controle da praça em relação à diferenciação de acesso, considerando diversas pessoas, relações e usos (SACK, 1986). Aos poucos, constitui-se uma estratégia dos moradores originários para manterem limites de acesso à praça pelas juventudes universitárias, buscando a manutenção e até mesmo a reafirmação da tradicionalidade dos usos desse microterritório, dentre eles, os festejos de Santa Rita relatados pela Entrevistada 1 (2020). Nesse contexto, cabe destacar a seguinte fala: “a parte social das festas de Santa Rita, elas ocorrem ali naquele entorno e embora fiquem lá tocando até altas horas, o som parece incomodar menos aos moradores locais do que uma festa entre os jovens” (ENTREVISTADA 1, 2020).

Destarte, configura-se a reflexão de que o uso da praça para festas e atividades que utilizem caixas de sons não são aceitas, a não ser para atividades de ocupação dos moradores originários, fato confirmado por meio dos usos da praça defendidos por um prefeito de gestão anterior ao período aqui analisado, relatado por uma entrevistada:

*A ideia, segundo o gabinete do prefeito, porque uma vez eu fui lá, né, pra tentar conseguir esse espaço para uma atividade acadêmica da UNILAB..., mas, aí eles me disseram que, na verdade, esse espaço tinha sido reformado, porque o prefeito queria que ele fosse utilizado pelas famílias e pelas crianças que não tinham um lazer na cidade. (ENTREVISTADA 1, 2020).*

As territorialidades em constituição por parte das juventudes universitárias não parecem ter como foco central estabelecer limites de acesso para outras pessoas, coisas ou relações. Em vez disso, tencionam a quebra desses limites de dominação tradicional para que os diversos grupos, e não apenas os que participavam das ocupações, possam acessar o direito à cidade e fazer a cidade naquele microterritório – o direito de desenvolver as diversas dinâmicas e relações que perpassam todos eles naquele espaço-tempo. Intentam também a quebra da hierarquia tradicional de uso dos territórios, quando “questionam e desestabilizam a pretensa homogeneidade do espaço social preconizada pelos discursos hegemônicos que tentam tornar opacas as contradições da sociedade nos espaços públicos” (DANEZI, 2018, p. 13). E, mais do que isso, a constituição de territórios que permitam a convivência, a interação, o lazer, a festa, a cultura e a arte, e, a partir disso, a delimitação de lugares para si na cidade, o reconhecimento urbano e a constante reconstrução e reafirmação de suas identidades, visto que “a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade” (ALBAGLI, 2004, p. 28).

Entretanto, as repressões policiais, cada vez mais fortes, tornaram impossíveis os usos da praça pelas juventudes, decretando por um breve período o desfecho das ocupações do microterritório. Cabe destacar, ainda, a ocorrência de tentativas de ocupá-la, nesse tempo; porém, por medo das represálias e com o sentimento de impotência perante as tentativas de controle dos moradores originários, circunstâncias que não são excepcionais, mas que estão no cerne da vida de milhares de indivíduos (MIGUEL, 2014), as juventudes migraram para outros microterritórios que, *a priori*, eram privados ou coletivos de uso comum, e passaram a transcrever um caráter de público, tais como o Complexo Abolição e o Pátio do *Campus* Liberdade (OLIVEIRA, 2020).

## 6 EMERGÊNCIA DE NOVOS AGENTES POLÍTICOS EM REDENÇÃO

O Banco do Boi, em 17 de janeiro de 2019, presidiu um evento divisor no ato de ocupar pelas juventudes universitárias, evidenciando o clímax do conflito em curso, por meio da ocupação intitulada como “Pré dxs despreocupados”, uma preparação para os pré-carnavais. Intitulado desse modo por ter como característica um banco com uma escultura de um boi, no Complexo Abolição, este complexo é um microterritório composto por um conglomerado de comércios, lanchonetes, bares e moradias, a maioria de estudantes universitários, que passou a ser palco dos encontros e das ocupações das juventudes universitárias. Segundo relatos de participantes, via *WhatsApp*, o evento começou com uma pequena aglomeração no Banco do Boi<sup>11</sup>. No entanto, logo tomou maiores proporções, reunindo um grande contingente de jovens, universitários e moradores originários, sofrendo intervenções policiais – não sendo essas intervenções o maior agravante, visto que essas já eram um fator recorrente (OLIVEIRA, 2020).

<sup>11</sup> Evento que se tornava uma constante das quintas-feiras no Complexo Abolição, reunindo diversos estudantes universitários, moradores originários ou de outras cidades, estados e países, assim também como um público não universitário e residente originário.



A repercussão maior relacionada a essa ocupação viria a acontecer nas primeiras horas do dia seguinte, por meio da fala de um radialista local, que promoveu um discurso acusatório e agressivo, buscando a deslegitimação da ocupação e de seus respectivos realizadores, as juventudes universitárias (OLIVEIRA, 2020), de forma a corroborar uma marginalização desses sujeitos e sua caracterização como *outsiders* (NORBERT; SCOTSON, 2000), reafirmando e reproduzindo discursos preconceituosos, que compõem a reiterada tentativa de delimitar um lugar subordinado, subalterno e periférico para essas juventudes universitárias. Assim, essas juventudes universitárias poderiam até ser aceitas na cidade, mas não nos lugares – físico-geográficos e imaginários – centrais, e sim relegadas às periferias urbanas.

Diante desse contexto e do agravante conflito após a referida ocupação do Banco do Boi, observa-se uma ampla insatisfação e inquietação de discentes unilabianos, relacionadas à marginalização discursiva e ao imaginário urbano ao qual estavam sendo sujeitos. Foi possível perceber como parcela das juventudes desnaturalizava e problematizava os preconceitos e as discriminações a que estavam sendo submetidas, e que, até então, esses não haviam sido publicamente questionados de forma tão intensa. Estabelece-se, nesse contexto, um enfrentamento de situações problemáticas, na perspectiva indicada por Cefai (2017, p. 188), a partir da célebre citação:

A ideia de base é que, confrontadas com uma situação problemática cujas consequências são percebidas e avaliadas por um conjunto de pessoas como nefastas para os seres humanos e para os bens a que eles estão ligados, mas também, além disso, para os seres vivos ou para a Terra, essas pessoas se inquietam, se interrogam, investigam, experimentam, discutem. Tentam definir o problema, determinar suas causas, detectar seus fatores e estabelecer as responsabilidades. Associam-se e organizam-se, encontram líderes para fazer suas vozes serem ouvidas e para convencer e mobilizar em grande escala. Tomam a palavra, testemunham, avaliam, argumentam, criticam, deliberam, interpelam a opinião e os poderes públicos. Quando estes não intervêm, buscam solução em sua própria escala, imaginam roteiros, projetam alternativas, tentam descobrir como regular ou suprimir o que definiram como situação problemática. [...] Essa dinâmica coletiva faz emergir ao mesmo tempo um problema e seu público.

Convém ressaltar que o conflito aqui não é apenas sinônimo de “um problema a ser superado”, mas também “fundador da democracia” (MIGUEL, 2014, p. 26 e 36). Constituem-se vozes e intervenções urbanas e políticas que fazem emergir publicamente uma questão, com as juventudes constituindo-se enquanto agentes cidadãos ativos. Em decorrência da inquietação, contestação e desobediência ao poder que vinha sendo exercido (FOUCAULT, 1992), as juventudes universitárias insurgiram enquanto agentes políticos significativos:

[...] instituem dinâmicas de interpretação e ação coletiva – presenciais e *on-line* –, impactando a opinião pública, pautando demandas políticas, mobilizando argumentos de variadas ordens, buscando gerar respostas político-institucionais de prefeituras, câmaras de vereadores e da universidade. (MACHADO *et al.*, 2019, p. 163).

Percebe-se a emergência dessas juventudes enquanto agentes políticos, citada acima, a partir da criação de um coletivo intitulado Juventudes Autônomas de Redenção e Acarape (JARA), formado por estudantes universitários, liderados, em sua maioria, por mulheres, no intento de encontrar soluções para as decorrentes situações problemáticas, por meio do diálogo com órgãos e instituições públicas. Em seu primeiro ato político, o grupo publicou uma carta<sup>12</sup>, por

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/100002908970672/posts/2005441246229488/?app=fbl>. Acesso em:

meio das redes sociais, de defesa dos movimentos de ocupação realizados, explicitando o direito e a necessidade à formulação de políticas públicas para as diversas juventudes de Redenção (moradores originários e universitários) e das cidades vizinhas.

Nesse movimento de tomada política, as juventudes autônomas conseguiram realizar um contato com a prefeitura de Acarape, conquistando um apoio público do então prefeito da gestão de 2019, nas redes sociais<sup>13</sup>, por meio de *posts* que ressaltaram a importância da UNILAB para as duas cidades, principalmente pela dinâmica econômica. A abertura para o diálogo entre a prefeitura e o JARA viabilizou uma parceria com a Secretaria de Juventude e Cultura, para a realização de uma ocupação ocorrida no dia 31 de janeiro de 2019, intitulada “Pré-carnaval da Integração”, com o tema “É *fake news* isso daí”, realizada ao lado da Praça da Matriz, no meio da rua, na cidade de Acarape, e salvaguardada por um conjunto de alvarás. Essa atividade teve a participação de um conjunto de sujeitos, desde moradores originários (juventudes ou não) das cidades do Maciço de Baturité, jovens e docentes universitários (OLIVEIRA, 2020).

A partir dessa atividade, observou-se que não houve ocorrência de intervenções policiais com intenções de desfecho da atividade, apesar da sua contínua presença. Três vetores, observados a partir do contexto pesquisado, norteiam a percepção da diferenciação de tratamento nesta ocupação: a) o fato de a atividade ter sido realizada por meio do apoio institucional da prefeitura, que proporcionou também um ônibus para transportar os alunos de Redenção até Acarape – mesmo que esse não tenha feito a rota no término da atividade; b) a legalização da atividade, por meio da posse de alvarás; e c) o apoio dos comerciantes do entorno, considerando, inclusive, que esses já realizavam atividades semelhantes naquele mesmo espaço, com fins lucrativos.

Todavia, por questões de mobilidade, haja vista a falta de transportes para o retorno das juventudes, que, em sua maioria, residem em Redenção, as ocupações em Acarape não voltaram a se repetir. Nessa conjuntura, ocorreu outra iniciativa urbano-política. As lideranças do JARA deliberaram uma nova ocupação, com o retorno à Praça do Obelisco. Contudo, desta vez, não dispunham do apoio da prefeitura de Redenção, uma vez que ela não se manifestou em relação aos processos discriminatórios contra as juventudes.

A ação foi agregando o “Pré-carnaval das Aniêras”<sup>14</sup> e o “Carnabio”<sup>15</sup>. Era o último pré-carnaval do ciclo de pré-carnavais organizados pelas juventudes, no ano de 2019. Pensando nos processos de intervenções policiais que acompanhavam as ações naquela praça, a equipe de articulação optou pela petição de alvarás, tanto para o uso da praça quanto para o uso de som, não prevendo o quanto seria fatigante e desgastante esse processo – com idas e vindas a diversos órgãos públicos –, uma vez que não tiveram nenhuma forma de apoio, principalmente da prefeitura (OLIVEIRA, 2020).

Praça do Obelisco, 28 de fevereiro de 2019, em posse dos alvarás, por volta das 22h30. A ocupação começava a ser sentida. Já era perceptível um aglomerado de pessoas com uma

---

13 nov. 2020.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/100009381028046/posts/2218563071799705/?app=fbl>; <https://www.facebook.com/100009381028046/posts/2218767168445962/?app=fbl>. Acesso em: 13 nov. 2020.

<sup>14</sup> A expressão “Aniêras” é resultado da constituição de um grupo formado por estudantes universitários, em sua maioria da UNILAB, sendo de diversos cursos, como Pedagogia, História, Sociologia, Administração Pública, entre outros, que buscavam se reunir, seja on-line ou presencialmente, para relatos sobre o dia, constituição de movimentos, de ocupações, findando na construção de solidariedade e amizade.

<sup>15</sup> Expressão criada para intitular um grupo de estudantes universitários do curso de Biologia que buscaram organizar o evento do pré-carnaval.

pequena caixa de som. Alguns minutos depois, chegava um sistema de som acoplado a um carro, conseguido pelas organizadoras, voluntariamente. A quantidade de pessoas já era bem maior, tanto no centro da praça quanto em seu entorno. Nesse momento, essa ocupação já se consagrava como a maior realizada pelas juventudes na praça. Era presidida por uma quantidade diversa de indivíduos (juventudes universitárias de diversas nacionalidades, moradores originários de várias cidades do Maciço de Baturité e sujeitos hegemônicos das cidades) (OLIVEIRA, 2020).

Em pouco menos de uma hora do seu início, a atividade ocupacional recebeu a primeira intervenção policial, fato inesperado, tendo em vista a posse dos alvarás. Nesse momento, o som foi desligado e os agentes policiais verificaram as permissões de forma lenta, liberando, em seguida, a continuação. Porém, as intervenções prosseguiram, com novos agentes policiais adentrando sequencialmente à praça, inclusive mobilizados de contingentes de cidades vizinhas. Dentre as abordagens realizadas, a última foi deveras expressiva e amedrontadora, e, nela, os policiais adentraram a praça, em meio aos discentes, portando ostensivamente armas de grande calibre, separando-se e caminhando entre as juventudes que ocupavam o microterritório. De acordo com relato de uma discente no momento da ocupação (OLIVEIRA, 2020), as juventudes questionavam: “Qual a necessidade de entrar com essas armas no meio da gente? Somos apenas estudantes”. Assim, nesse contexto de reiteradas e constantes intimidações e opressões, encerrou-se uma das últimas ocupações juvenis universitárias que ocorreram no microterritório.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Cabe destacar que as juventudes, no ato de ocupar criativamente, desencadearam novas dinâmicas territoriais por meio dos processos de reterritorialização e da emergência de territorialidades, evidenciando-se conflitos entre elas e os moradores originários. Nesse contexto, os novos ocupantes da praça inquietaram-se e incomodaram-se com a situação problemática, refletindo e emergindo enquanto agentes políticos no ato de resistir contra as discriminações cotidianas e a deslegitimação do acesso à praça.

O que está em disputa no acesso, na ocupação e no uso da Praça do Obelisco é, mais do que o fazer a cidade e o direito à cidade, o lugar das novas juventudes urbanas na cidade. Os conflitos revelam que as juventudes reivindicam lugares centrais na cidade – considerando-se dimensões urbanas, sociais, políticas e simbólicas –, enquanto uma parcela da população local parece não somente não aceitar isso como trabalhar ativamente para impedir que isso ocorra. Nesse sentido, na confluência do contexto social e político nacional em que se fortalecem neoconservadorismos e movimentos autoritários, inclusive neofascistas e neonazistas, a luta pela reprodução das hegemonias urbanas historicamente estabelecidas em Redenção parece ter interfaces com essas tendências sociais e políticas, expressando as versões locais desses agrupamentos. E, mais do que isso, reproduzindo neocolonialidades, com toda uma carga patriarcal, machista e misógina, racista e xenófoba, ainda mais se considerarmos que essas juventudes universitárias são compostas, também, por mulheres, indígenas e quilombolas, negros, imigrantes africanos e timorenses, pessoas LGBTQUIA+, de etnias brasileiras e africanas, que, no cotidiano urbano, circulando e vivenciando a cidade, evidenciam uma ampla diversidade social e transcendem – pela própria presença – os limites das hegemonias urbanas socialmente estabelecidas.

As juventudes, diante da tensão e dos conflitos, buscam “influenciar a opinião pública e a ação política, exercer poder e formar decisões em situações marcadas por hegemonias e subalternidades, mesmo que isso ocorra de modo pontual, efêmero e restrito a microterritórios/



nanoterritórios” (MACHADO *et al.*, 2019, p. 168), por meio da constituição de um coletivo autônomo, da produção de falas e de sua divulgação em massa em redes sociais e grupos virtuais, construindo, assim, redes de apoio. Essas possibilitaram ao coletivo JARA levar suas vozes e discussões acerca das ocupações para o evento acadêmico intitulado *I Intercâmbio Juventudes em Movimento nas Cidades: Brasil e África*, no qual, cabe destacar, uma das líderes do grupo explicita que o movimento constitui uma luta pelo reconhecimento da legitimidade do ser cidadão da cidade e possuidor do direito de acessar, ocupar e usar os diferentes territórios e equipamentos dos municípios receptores. Dentro desse movimento de reivindicação, evidencia-se o protagonismo feminino na organização, na busca por espaços de ocupação e fala, demandando explicitamente espaços públicos urbanos e políticas públicas voltadas para o lazer, o esporte, a arte e a cultura.

No entanto, após o clímax do conflito e das resistências vivenciadas, observa-se uma diminuição ocupacional na praça por parte das juventudes universitárias. Cabe, assim, questionar se esse movimento de luta pelo direito à cidade, com dinâmicas que buscaram refazer a cidade, perdurou para além do período de espaço-tempo desta pesquisa, avaliando-se o impacto dessas ocupações e conflitos em médio e longo prazo, discutindo-se se as redes de apoio acadêmicas e políticas constituídas se mantiveram ativas, se houve a redução ou não da repressão aos usos territoriais das juventudes, inclusive por meio de discursos hegemônicos, agressivos e discriminatórios, e buscando-se entender a postura dos diferentes agentes políticos e urbanos em Redenção, mas também em Acarape.

## REFERÊNCIAS

- AGIER, M. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer a cidade: o antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, [s.l.], v. 21, n. 3, p. 483-98, 2015.
- ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V; BRAGA, C; MORELLI, G. (Org.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Relume Dumará/SEBRAE, 2004. p. 23-70.
- BALBINO, R. *Relatório de atividades*. Projeto de pesquisa: Estudantes, direitos e territórios urbanos no Maciço de Baturité – uma experiência de territorialização e democratização na assistência estudantil da UNILAB. Redenção: UNILAB, 2020.
- CAVALCANTI, J. A criatividade no processo de humanização. *Revista Saber (e) Educar*, Porto, n. 11, p. 89-98, 2006.
- CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017. [Parte 1].
- DANEZI, N. P. *Microterritorialidades em espaços públicos: conflitos e resistências no brinque da Redenção*, Porto Alegre/RS. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018.
- DIÓGENES, G. A arte urbana entre ambientes: “dobras” entre a cidade “material” e o ciberespaço. *Etnográfica*, Lisboa, v. 19, n. 3, p. 537-56, 2015.

- ENTREVISTADA 1. *Habitantes originárias e suas percepções acerca das ocupações criativas no urbano*. [Entrevista cedida a] Nathalia Alves de Oliveira. Redenção: UNILAB, 2020.
- ENTREVISTADA 2. *Habitantes originárias e suas percepções acerca das ocupações criativas no urbano*. [Entrevista cedida a] Nathalia Alves de Oliveira. Redenção: UNILAB, 2020.
- FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.
- FERREIRA, V. S. (Org.). *Pesquisar jovens: caminhos e desafios metodológicos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal, 1992.
- GOMES, P. C. C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GOMES, M. A. P. *Um mar de histórias: memória, identidade e territorialidade no Poço da Draga*. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2019.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICO [IBGE]. *Censo Demográfico 2010*. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www2.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 mar. 2019.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.
- MACHADO, E. G.; NOGUEIRA, J. S.; OLIVEIRA, N. A.; SILVA, S. M. F. Cidades, juventudes e conflitos urbanos: questões teórico-empíricas a partir de Redenção e Acarape. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 1, n. 25, p. 13972, 2019.
- MACHADO, E. G.; LIMA, J. L. O.; OLIVEIRA, N. A.; SILVA, R. B. Cartografar pequenas cidades no Nordeste brasileiro, caminhos percorridos. *Pixo*, Pelotas, v. 3, n. 11, p. 146-65, 2020.
- MIGUEL, L. F. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do “agonismo”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 92, p. 13-43, maio/ago. 2014.
- NORBERT, E.; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- OLIVEIRA, N. A. *Diário de campo: juventudes universitárias e ocupações criativas no urbano de Redenção*. Redenção: UNILAB, 2020.
- PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude. *Análise Social*, Lisboa, n. 105/106, p. 139-65, 1990.
- PAIS, J. M. A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 371-81, 2009.
- RAFFESTIN, C. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. In: TURCO A. (Org.) *Regione e regionalizzazione*. Milano: Franco Angeli, 1984. p. 69-82.
- RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível*. 2. ed. Rio de Janeiro: 34, 2009.
- SACK, D. R. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; BECKER, B; SILVA, C. A. F. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2002. p. 1-13.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnicas e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Ed. USP, 2006.

SILVA, M. N. S. Território: uma revisão teórico-conceitual. *InterEspaço*, Grajaú, v. 1. n. 1, p. 49-76, 2015.

SODRÉ, M. O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SODRÉ, M. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, R.; BARBALHO, A. (Org.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFROBRASILEIRA (UNILAB). Relatório de Gestão do Exercício de 2017. Redenção/Acarape: Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), 2017. Disponível em: <http://www.proplan.unilab.edu.br/sobre/coordenacao-de-planejamento/relatorio-degestao/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFROBRASILEIRA [UNILAB]. *UNILAB em números*. Redenção: UNILAB, 2021. Disponível em: <https://unilab.edu.br/unilab-em-numeros/>. Acesso em: 22 maio 2021.

### **Sobre os autores:**

**Nathalia Oliveira:** Mestranda em Humanidade na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Licenciada em Sociologia pela UNILAB. **E-mail:** [nathaliaoliveira0911@gmail.com](mailto:nathaliaoliveira0911@gmail.com), **Orcid:** : <https://orcid.org/0000-0003-1497-6963>

**Eduardo Machado:** Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutorado em Sociologia pela UFC. Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor associado da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Tem experiência na área de Sociologia do Trabalho, Planejamento Urbano, Educação Popular e Formação de Professores, exercendo suas atividades de docência, pesquisa, inovação, extensão e gestão na UNILAB. Coordenador do Grupo Diálogos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares. Colaborador permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UECE. **E-mail:** [eduardomachado@unilab.edu.br](mailto:eduardomachado@unilab.edu.br), **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-9321-6745>